

EXPOSIÇÃO DE PESQUISA

VISITANDO A COLONIALIDADE E O EUROCENTRISMO EM QUIJANO

Alexandre Cezar da Silva

UNILAB

<https://lattes.cnpq.br/5830175205246183>

<https://orcid.org/0009-0000-2669-810X>

E-mail: cezaralexandreocara@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho aborda a influência do colonialismo e do eurocentrismo na construção histórica do sistema-mundo contemporâneo, destacando como esses fenômenos moldaram as relações sociais, econômicas e culturais globais. Para tanto versasse a obra de Quijano, a qual compreende a colonização da América como o marco inicial de um processo que se expandiu mundialmente, estruturando hierarquias raciais e sociais para sustentar privilégios geopolíticos. O trabalho, assim, busca refletir criticamente sobre os legados coloniais e suas implicações para a compreensão das desigualdades contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVES: Colonialidade. Eurocentrismo. Raça. Sistema-Mundo.

VISITING COLONIALITY AND EUROCENTRISM IN QUIJANO

ABSTRACT: This paper addresses the influence of colonialism and Eurocentrism on the historical construction of the contemporary world-system, highlighting how these phenomena have shaped global social, economic, and cultural relations. To this end, it draws on the work of Quijano, who understands the colonization of the Americas as the starting point of a process that expanded worldwide, structuring racial and social hierarchies to sustain geopolitical privileges. Thus, the study seeks to critically reflect on the colonial legacies and their implications for understanding contemporary inequalities.

KEYWORDS: Coloniality. Eurocentrism. Race. World-System

INTRODUÇÃO

A diversidade epistemológica vem cada vez mais exigindo um maior espaço nas ciências sociais e gestando debates e teorias. É nesse contexto que os estudos de Quijano sobre colonialismo e eurocentrismo se inserem ao articular de maneira tensa a construção histórica e o sistema-mundo posto. Desse modo, afirma-se que embora o colonialismo e o eurocentrismo possuam um marco fundante histórico e geográfico, que é a colonização da América, o mesmo se alastra e afeta todo o mundo, encaixando sujeitos dentro de uma estrutura social que sustenta lugares geopolíticos de privilégios.

A relevância da presente pesquisa está em contribuir para a ampliação do debate crítico sobre as persistências e implicações da colonialidade e do eurocentrismo no mundo contemporâneo, a partir do marco teórico de Aníbal Quijano. Este estudo se insere em um contexto acadêmico e social que exige a desconstrução de estruturas hegemônicas, proporcionando uma análise mais aprofundada das dinâmicas que sustentam desigualdades globais e epistemológicas.

Ao investigar os conceitos de colonialidade do poder e eurocentrismo, busca-se não apenas compreender como essas estruturas se perpetuam, mas também evidenciar suas consequências nos campos político, econômico, social e cultural. Além disso, a relevante dessa pesquisa reside em identificar e questionar as hierarquias geopolíticas e epistemológicas que organizam o sistema-mundo.

Ademais, ao dialogar com os estudos de Quijano, esta pesquisa se propõe a oferecer subsídios para uma reflexão crítica que possa contribuir com práticas acadêmicas e sociais voltadas para a construção de uma ordem mais equitativa e plural. Dessa forma, pretende-se fortalecer o campo de estudos decoloniais e ampliar a discussão sobre alternativas para superar as lógicas impostas pelo colonialismo e pelo eurocentrismo.

COLONIALIDADE, TRABALHO E RAÇA: A CONSTRUÇÃO DE HIERARQUIAS GLOBAIS E A SUSTENTAÇÃO DE PRIVILÉGIOS

O indivíduo enquanto pertencente ao gênero humano é ao mesmo um sujeito possuidor de uma individualidade e coletividade/social. A relação entre indivíduo e gênero assumirá formas variadas ao longo da história, sendo que o estado desta relação permitirá avaliar o estágio de humanização em que se encontra a humanidade (TONET: 2012). Parte dessa relação se dar por meio do trabalho, o qual por sua própria natureza é uma atividade social, ou seja, é uma atividade que implica sempre relações envolvendo aqueles que a realizam.

Considerando que o trabalho é a base ontológica do ser social, sua forma concreta constituirá sempre a base pela qual se estruturará qualquer sociedade. Lembrando que qualquer sociedade não socialista é formada pela junção de duas ou mais classes sociais antagônicas, em que uma irá se estabelecer como dominante frente a outras. Nesse

sentido, o controle sobre o trabalho e sua exploração exigira um “viés” massificador, e ao abordar sobre o prisma da modernidade a qual integra praticamente todo o planeta, compreende-se que esse esquema tende a posicionar os diversos grupos e, por conseguinte os sujeitos em uma estrutura global.

Quijano (2005) reforça as afirmativas ao destaca que a ação colonizadora eurocêntrica é marcada pela luta de classes. Nesse sentido, o autor vai adiante ao compreender que é extremamente benéfica para a sobreposição de classes, a delimitação completa das mesmas a partir das “definições de indivíduos”, ou seja, a partir da criação e manutenção dos conceitos de raça.

A concepção moderna de raça tem suas origens na colonização do continente americano em que os colonizadores não só se estabelecem como a classe dominante, mas projetam em si mesmos e para o outro as bases para a implantação de uma estrutura de dominação e expropriação de recursos com vistas à manutenção de locais geopolíticos de privilégios. A estruturação de manutenção de privilégios Quijano (2000) nomeia de colonialismo.

Conforme indica Aires (2014: p.613), a rapinagem de recursos exercida pelos diversos reinos e impérios, ao longo da história, legitimava-se pela força e supremacia política e militar do Estado colonizado, na modernidade, a expropriação é mantida por meio de diversos mecanismos de poder que operam, entre eles estão as estruturas legais e institucionais, como leis que legitimam a concentração de terras, privatizações ou a exploração de mão de obra. Também é perpetuada pela influência ideológica, que naturaliza as desigualdades e faz parecer justo o controle de poucos sobre os bens comuns. Além disso, a força coercitiva, como repressão policial ou militar, é frequentemente usada para suprimir resistências.

Ao se contrapor a comunidade primitiva em que as forças de todos os indivíduos eram postas a serviço da coletividade, e o próprio conhecimento era produzido e compartilhado por todos, frente às sociedades de classes em que as forças produtivas são privatizadas e postas a serviços da exploração e da dominação dos que produzem pelos proprietários dos meios de produção.

O processo de passagem de um modelo primitivo e coletivo para um modelo que

se baliza na exploração do homem pelo homem, passa pelo próprio modelo de ruptura. Advêm, segundo Quijano (2000), pela gestão de novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça, a qual está associada à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente agregados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2000).

Historicamente as marcas étnicas, eram reconhecidas e usadas como instrumento de segregação, mas não se compara com o resultado da diáspora dos povos originários na América, e a inserção forçada dos negros nos referidos continentes, os quais gestaram raças distintas que a vista da colonização substituiu a diversidade de povos.

Nas palavras do próprio Quijano (2006) “Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”.

Desse modo, os traços fenotípicos são utilizados até o presente, mesmo após a “camuflagem do processo colonial Americano” e a ruptura de laços imperiais das antigas colônias com suas metrópoles, para “enformar” os sujeitos e permitem aos ocupantes dos lugares geopolíticos de privilégio exercer um controle total no que tange as relações de trabalho.

À vista disso, compreende-se que a privatização dos meios de produção, apropriação da força de trabalho alheia, e a construção e manutenção da categoria raça legitimou a “privatização” do próprio conhecimento e sua fragmentação e categorização. O homem passa a não ter o domínio sobre o próprio conhecimento produzido além de sofre com a segregação dos saberes tradicionais, o que se reflete no processo de organização e generalização do homem.

Pode-se então inferir que a divisão do conhecimento em campos do saber, os quais se balizam na predeterminação das funções a serem exercidas pelos sujeitos com vista à manutenção dos lugares geopolíticos de privilégio garantiu, inicialmente as Coroas Ibéricas, proficuidade no que tange a localização do continente em face ao Atlântico, além da extração e extravio das riquezas americanas, para fomentar os mercados para o

domínio do comércio mundial. Com a inclusão dos demais impérios no processo colonial a Europa se põe como centro do mundo o que para Quijano (2007), indica que esses locais geopolítico se auto situaram como o centro do processo de mercantilização da força de trabalho, ou seja, do desenvolvimento da relação capital- salário como forma específica de controle do trabalho, enquanto a não-Europa as relações não-salariais de trabalho geravam os produtos que nutriam toda esse sistema.

Em síntese, na colonização, a inferioridade racial atribuída aos colonizados justificava sua exploração em trabalho não pago, enquanto o trabalho assalariado era visto como privilégio exclusivo dos brancos (Quijano, 2005)

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2005).

Em vista disso, a organização e controle do trabalho foram responsáveis por distribuir geograficamente as diversas regiões globais integrando-as ao capitalismo mundial. Além de estruturar a Europa como lugar geopolítico de privilégios. Nesse sentido, faz-se necessário rever os conceitos que coloca as culturas, a história, a política e a economia europeia como universais.

O EUROCENTRISMO¹ COMO MODELO BASE MUNDO

Raúl Prebisch (1950) ao desenvolver a Teoria da Dependência, o qual destacou a relação desigual entre os países que concentram poder político e financeiro e influenciam em decisões globais, frente a países que enfrentam desigualdades sociais e limitações econômicas. E Immanuel Wallerstein (2016) criador da Teoria do Sistema- Mundo, que analisa o capitalismo global a partir da divisão centro-periferia. Os quais são referências

¹ Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (Quijano, 2006: p. 80).

para Quijano (2006) indicam que “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”.

Nesse sentido, a Europa não apenas dominava o mercado mundial, mas também exerceu controle colonial sobre várias regiões e povos, incorporando-os ao "sistema-mundo" e ao seu padrão de poder. Para essas populações, isso significou uma reconfiguração histórica, com a imposição de novas identidades geoculturais.

Conforme destaca Quijano (2006), a ação de enquadramento das colônias ao padrão europeu, resultou em um genocídio, tendo em vista, que esse processo envolveu a imposição de um sistema de controle brutal, onde os colonizadores erradicaram fisicamente muitas dessas populações por meio de doenças, massacres e repressão. O genocídio também ocorreu através de práticas como a destruição de territórios, a negação das identidades e tradições indígenas, e a imposição de uma educação e valores europeus, que marginalizavam e desvalorizavam as culturas locais.

Com base nessas afirmativas, Quijano (2010) amplia esse debate, ao indicar que os colonizadores implementaram diversas estratégias que resultaram nas condições para o estabelecimento de um novo tipo de relação de dominação entre a Europa e as demais regiões e povos do mundo, esse processo denominado pelo referido autor como eurocentrismo, tem por base, o etnocentrismo².

No caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. (Quijano, 2006, p. 87).

Dessa maneira, a ideia de superioridade não era apenas uma crença cultural, mas estava fundamentada e justificada por um processo histórico e racial. Após a colonização da América, os europeus passaram a classificar e hierarquizar as populações do mundo em categorias raciais, com eles próprios ocupando o topo desse conjunto. Esse processo

² O etnocentrismo é a atitude de avaliar outras culturas com base nos valores e padrões da própria cultura, considerando-a superior. Isso leva à tendência de julgar as práticas, crenças e comportamentos de outros povos de forma negativa ou distorcida, sem levar em conta suas próprias perspectivas ou contextos. O etnocentrismo pode resultar em preconceitos, estereótipos e até em discriminação contra pessoas de culturas diferentes.

de classificação racial estava intimamente ligado ao etnocentrismo colonial, pois os europeus viam suas próprias culturas, valores e modos de vida como os mais avançados e civilizados, em comparação com as culturas dos povos colonizados.

Ao associar a dominação colonial à classificação racial, os europeus não apenas se viam como superiores, mas acreditavam que essa superioridade era natural e inevitável, justificando suas ações de exploração e opressão. O etnocentrismo, nesse caso, não era apenas um julgamento cultural, mas uma crença profundamente enraizada na ideia de uma hierarquia racial, em que os europeus eram considerados os melhores e mais aptos para governar e dominar outras populações. Essa visão foi usada para legitimar a exploração colonial, a escravidão e outras formas de opressão.

Como forma de controle o eurocentrismo parte do pressuposto de oposição: Oriente e Ocidente; cristão e não cristão; primitivo e civilizado; mágico/mítico e científico; irracional e racional; arcaico/obsoleto/ultrapassado e moderno/contemporâneo/ futurista, em suma europeu vs. não europeu³. Destarte, indica Quijano que “essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica”. Desse modo a perspectiva europeia como dominante só podem ser compreendidas considerando-se a reescrita histórico dela como o ápice evolutivo do ser humano e do estado social, a qual culmina com a contraposição do europeu frente ao não-europeu. Em suma a “idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa” (Quijano: 2007).

A COLONIALIDADE E OS IMPACTOS NA IDENTIDADE, NA SUBJETIVIDADE E NOS SABERES PÓS-COLONIAIS

Embora classicamente associado ao período das Grandes Navegações e do imperialismo europeu, o colonialismo permanece seja de forma sutil e indireta ou de forma agressiva através da dominação e exploração que persistem após o fim formal do

³ Segundo Quijano (2005), a única categoria que dispõe de certa de certo prestígio é a categoria Oriente, esse fato pode se dar pela apropriação de elementos orientais (arte, filosofia, ciência) para reafirmar sua própria superioridade, romantizando ou instrumentalizando essas culturas enquanto mantém seu papel dominante na hierarquia global. Assim, o "Oriente" é valorizado, mas de forma submissa à visão eurocêntrica que o define e controle.

colonialismo. Por conseguinte, apesar das colônias terem conquistado sua independência política, muitas relações de poder e dependência típicas do período colonial foram mantidas ou remodeladas, garantindo a continuidade da exploração econômica, cultural e política.

Quijano (2010) considera a colonialidade como a ressignificação do colonialismo, o qual chega a modernidade apresentando novos elementos como à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação dos territórios. Para tanto, o colonialismo se utiliza da perpetuação das hierarquias raciais, culturais e econômicas, e a imposição de padrões de conhecimento e poder eurocêntricos influenciando as estruturas globais e os sistemas de saber.

Conforme destaca Assis (2008) referenciando Quijano “essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias”. logo, não há como mensurar a extensão da barbárie proveniente do período de ocupação o qual se estende até nossos dias, mas é necessário “trazer” para o próprio debate questões provenientes da colonialidade, o que encontra-se em oposição as perspectivas do próprio sistema-mundo moderno, as quais devem se voltar para si mesma, o que, por sua vez, leva as instituições a refletirem apenas as perspectivas de seu próprio imaginário. Elas ignoram as contradições que vão além da divisão social do trabalho. Por isso, essa conceituação tornou-se limitada e incapaz de abranger plenamente a complexidade da vida.

Essas afirmativas, permitem inferir que a colonialidade se manifesta e é exercida de diversas formas. Como por exemplo, por meio do domínio do saber, o qual se origina de um processo histórico que impôs a hegemonia do conhecimento europeu sobre outras formas de saber, estabelecendo uma hierarquia epistemológica.

Indica-se como uma das bases para o domínio sobre o ser por meio das ações coloniais, as quais, não apenas afetaram a estrutura social, política e econômica das sociedades colonizadas, mas também impactam na própria identidade e na subjetividade dos indivíduos.

As estruturas de poder estabelecidas durante o colonialismo não desapareceram com a independência formal dos países colonizados. Esse fenômeno refere-se à

persistência das relações de poder que categorizam e subjugam determinados grupos sociais, com base em fatores como raça, etnia, gênero e classe social. A colonialidade do poder, portanto, não se limita ao controle político ou econômico de um país sobre outro, mas se estende à forma como a organização social e as normas de convivência são construídas, mantendo uma estrutura desigual e excludente.

No contexto da colonialidade do poder, a centralização da autoridade, a construção de um modelo de governança e a imposição de valores ocidentais tornam-se formas de dominação que perpetuam a subordinação das populações não brancas, das mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados. Isso é evidente, por exemplo, nas sociedades pós-coloniais, onde as elites locais, muitas vezes formadas a partir de uma classe dominante que se alinhava aos interesses coloniais, continuam a manter o poder e a reproduzir desigualdades estruturais. Essa perpetuação da desigualdade é visível na distribuição desigual de recursos, no acesso restrito a direitos e oportunidades, e na representação limitada de certos grupos em posições de poder.

À vista disso, a lógica do colonialismo do saber foi materializada por meio de sistemas educacionais que promoviam a cultura e a ciência europeias em detrimento das tradições africanas e dos povos originários. Nesse sentido as instituições são empregues como difusoras de alienação cultural, desarticulando os saberes locais e impondo paradigmas eurocêntricos como padrão de verdade e progresso. Assim sendo percebe-se uma perpetuação da visão de que o desenvolvimento e o conhecimento legítimo só poderiam vir da Europa.

Quijano (2005) e Macamo (2012), já nos alertava, ainda que não abertamente, que as ciências sociais, organizadas a partir de instituições formais, fazem parte de um grande projeto intelectual eurocêntrico, que busca na história, tendo como eixo uma concepção europeia, as respostas para as especificidades sociais, em outras palavras as ciências sociais se realizão a partir de pontos de comparação tendo como base um ideal europeu. Esse prisma revela algo perturbador, que é a ação de uma força colonizadora ainda em curso dentro dos moldes produtores de conhecimento. Mas infelizmente isso pode ser exemplificado quando buscamos trabalhos que envolvam temáticas indígenas, africanas e mesmo de comunidades tradicionais. E que tentam demonstrar nas relações

sociais e culturais (pedimos licença para essa quase redundância) o exotismo, o arcaísmo ou mesmo uma falta de lógica dentro de um determinado padrão.

Em fase disso, pode-se compreender que a permanência da colonialidade revela a necessidade de uma reflexão crítica que vá além da denúncia histórica, apontando para a desconstrução das bases eurocêtricas que continuam a moldar as sociedades contemporâneas.

Essa desconstrução exige a valorização de saberes plurais, o reconhecimento das subjetividades marginalizadas e o questionamento das dinâmicas de poder que ainda favorecem grupos dominantes. Ou seja, superar a colonialidade implica um movimento de descolonização profundo e abrangente, que não se limite ao simbólico, mas transforme efetivamente as instituições, os sistemas de conhecimento e as estruturas de poder. Esse processo é fundamental para a construção de um mundo que reconheça e respeite a diversidade humana em todas as suas dimensões, rompendo com as limitações e as injustiças impostas pelo sistema-mundo moderno.

A PERPETUAÇÃO DAS HIERARQUIAS COLONIAIS NA MODERNIDADE

A relação entre colonialidade e modernidade é profundamente interdependente, pois o desenvolvimento do projeto moderno, frequentemente celebrado por seus avanços científicos, culturais e sociais, ocorreu em paralelo à exploração colonial. Essa conexão revela uma contradição essencial: enquanto a modernidade promove valores de igualdade, liberdade e progresso, ela também carrega em sua base ontológica a opressão, a exploração e a marginalização de povos e territórios não ocidentais. Assim, a colonialidade surge como o lado oculto da modernidade, expondo as hierarquias de poder e saber que sustentaram seu desenvolvimento.

Portanto, a colonialidade moldou a modernidade ao estabelecer uma lógica de dominação que categorizava as culturas, saberes e identidades. O projeto moderno, ao afirmar a supremacia da razão e do progresso, deslegitimou outras formas de conhecimento, especialmente as originárias de povos originários e africanos, rotulando-as como primitivas ou exóticas. Esse processo criou uma hierarquia epistemológica na qual o saber ocidental tornou-se o padrão universal, enquanto os saberes não ocidentais

foram marginalizados ou silenciados.

Além disso, as estruturas sociais e políticas da modernidade foram marcadas por castas raciais, de gênero e de classe estabelecidas durante o colonialismo. Embora a modernidade tenha promovido ideias de democracia e direitos humanos, essas mesmas ideias coexistiram com práticas de exploração e exclusão que relegaram populações não brancas, mulheres e outros grupos marginalizados a posições de subordinação. Mesmo após o fim formal do colonialismo, essas estruturas foram perpetuadas por meio de sistemas econômicos, políticos e culturais que mantêm a desigualdade global.

No plano econômico, a colonialidade se manifesta na continuidade de relações de exploração entre o Norte Global e o Sul Global. Os países antes colonizados permanecem em posições de dependência, fornecendo recursos naturais e mão de obra barata para as economias industrializadas. No campo cultural, os padrões de beleza, comportamento e consumo baseados no modelo ocidental continuam a ser promovidos como universais, reforçando a hegemonia cultural do Ocidente e desvalorizando as identidades locais.

Dessa forma, a colonialidade não é apenas um vestígio do passado colonial, mas uma característica estrutural da modernidade que ainda define as relações globais. Refletir sobre essa relação é essencial para desconstruir as narrativas que apresentam a modernidade como neutra e universal, reconhecendo os impactos de sua construção histórica sobre os povos colonizados. Somente ao questionar essas bases será possível construir um futuro mais inclusivo, onde a diversidade de saberes, culturas e modos de vida seja valorizada e respeitada.

ÚLTIMOS APONTAMENTOS

Diante das discussões apresentadas, torna-se evidente que o colonialismo e sua ressignificação enquanto colonialidade permanecem como estruturas fundamentais na organização das relações globais contemporâneas. A interdependência entre modernidade e colonialidade revela que a exploração e a opressão não são apenas um vestígio do passado, mas sim elementos intrínsecos ao desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno. A persistência dessas dinâmicas se manifesta em hierarquias raciais, econômicas, culturais e epistemológicas que continuam a moldar os padrões de poder,

saber e existência em escala global.

Superar essa lógica exige um esforço crítico e transformador, capaz de desconstruir as bases eurocêntricas que perpetuam desigualdades e marginalizações. Isso implica valorizar saberes plurais, promover a igualdade de acesso às oportunidades e direitos, e questionar as narrativas hegemônicas que naturalizam a posição de privilégio do Ocidente. Além disso, é imprescindível que as instituições, os sistemas de conhecimento e as estruturas sociais sejam reconfigurados, de modo a refletir e respeitar a diversidade humana em todas as suas dimensões.

Portanto, a desconstrução do eurocentrismo e de suas implicações vai além de uma tarefa acadêmica; trata-se de um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições de todos os povos para a história, a cultura e o progresso da humanidade. O enfrentamento das consequências da colonialidade é, assim, um passo essencial para a superação das desigualdades globais e a criação de um futuro verdadeiramente democrático e plural.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Glaucia. Colonialismo, Estado e formas de expropriação: para além da acumulação primitiva. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 609-628, 2014.
- ASSIS, Cláudio José de. Colonialidade, violência e controle social no Brasil: diálogos com Aníbal Quijano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 2, 2008.
- MACAMO, Elísio Eduardo. A colonialidade do conhecimento nas ciências sociais: desafios e perspectivas para a descolonização do saber. **Revista Estudos Culturais**, v. 4, n. 2, p. 45-60, 2012.
- PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1950.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, 2015 p. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e modernidade/racionalidade. In: SILVA, Tânia Stolze (Org.). **Colonialidade e teoria social latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 13-44.
- QUIJANO, Aníbal. **Modernidade, identidade e diferença**. Pontos Críticos, n. 1, p. 59-

76, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pc/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do saber e eurocentrismo na América Latina**. Tabula Rasa, n. 12, p. 67-85, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/505/50512086005.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder e a América Latina. In: CANCLINI, Néstor García (Org.). **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2011. p. 123-151.

TONET, Ivo. **Sobre o Socialismo**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema-mundo moderno I: agricultura capitalista e as origens da economia mundial europeia do século XVI**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.